

**EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO
PSICOSSOCIAL DA CRIANÇA: REFLEXÕES À LUZ DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-
CULTURAL**

Special education from the perspective of inclusion and psychosocial development of
children: reflections in the light of historical-cultural psychology

La educación especial desde la perspectiva de la inclusión y el desarrollo psicosocial de
los niños: reflexiones a la luz de la psicología histórico-cultural

DOI: 10.23900/artefactum.v24i1.2294

Submitted on: 01.26.2025

Accepted on: 01.30.2025

Published on: 02.25.2025

Valdete Teles Xavier Soares

Mestranda em Psicologia

E-mail: valdetesoares@discente.ufg.br

Michell Pedruzzi Mendes Araújo

Doutor em Educação

E-mail: _michellpedruzzi@ufg.br

Rogério Drago

Doutor em Educação

E-mail: _rogerio.drago@gmail.com

Sabrina da Silva Machado Trento

Doutoranda em Educação

E-mail: _machadosasa1980@gmail.com

Israel Rocha Dias

Doutor em Educação

E-mail: _isrocha30@gmail.com

Edeson dos Anjos Silva

Doutor em Educação

E-mail: _edeson.anjos@hotmail.com

Dirlan de Oliveira Machado Bravo

Doutora em Educação

E-mail: _dirlanbravo@gmail.com

RESUMO

A inclusão de crianças que constituem o público da educação especial no sistema educacional tem sido amplamente discutida, mas os desdobramentos dessa inclusão,

especialmente no desenvolvimento psicossocial dessas crianças, ainda carecem de maior aprofundamento. Nesse sentido, este estudo busca analisar as implicações da educação inclusiva no desenvolvimento psicossocial, abordando conceitos e fundamentos da educação inclusiva, o desenvolvimento psicossocial na infância e a relação entre a psicologia histórico-cultural e a educação especial e inclusiva. Parte-se do pressuposto de que, ao ingressar no ambiente escolar, a visão que a criança tem de si mesma já está influenciada pelas percepções familiares, que nem sempre enfatizam suas potencialidades, mas sim suas dificuldades. Assim, questiona-se se o contexto escolar inclusivo reforça as limitações ou valoriza as capacidades dessas crianças e se, como está estruturada, a inclusão contribui para o desenvolvimento psicossocial ou reforça inabilidades sociais. Para responder a essas questões, a pesquisa utiliza como abordagem a revisão bibliográfica, explorando artigos, livros e documentos oficiais, com o objetivo de identificar desafios e benefícios da inclusão escolar. Os resultados do estudo destacaram que a educação inclusiva precisa ir além do cumprimento da legislação, como a Lei 13.146/2015, e se transformar em uma filosofia que reconheça a multiplicidade do ser humano e promova a equidade.

Palavras-chave: educação inclusiva, desenvolvimento psicossocial, educação especial, direito à educação.

ABSTRACT

The inclusion of children who are part of the special education population in the educational system has been widely discussed, but the consequences of this inclusion, especially in the psychosocial development of these children, still require further study. In this sense, this study seeks to analyze the implications of inclusive education on psychosocial development, addressing concepts and foundations of inclusive education, psychosocial development in childhood, and the relationship between historical-cultural psychology and special and inclusive education. It is assumed that, upon entering the school environment, the view that children have of themselves is already influenced by family perceptions, which do not always emphasize their potential, but rather their difficulties. Thus, the question is whether the inclusive school context reinforces the limitations or values the capabilities of these children and whether, as it is structured, inclusion contributes to psychosocial development or reinforces social disabilities. To answer these questions, the research uses a bibliographic review as an approach, exploring articles, books, and official documents, with the aim of identifying the challenges and benefits of school inclusion. The results of the study highlighted that inclusive education needs to go beyond compliance with legislation, such as Law 13,146/2015, and become a philosophy that recognizes the multiplicity of human beings and promotes equity.

Keywords: inclusive education, psychosocial development, special education, right to education.

RESUMEN

La inclusión de los niños que constituyen el público de educación especial en el sistema educativo ha sido ampliamente discutida, pero las consecuencias de esta inclusión, especialmente en el desarrollo psicosocial de estos niños, aún requieren mayor investigación. En este sentido, este estudio busca analizar las implicaciones de la

educación inclusiva en el desarrollo psicosocial, abordando conceptos y fundamentos de la educación inclusiva, el desarrollo psicosocial en la infancia y la relación entre la psicología histórico-cultural y la educación especial e inclusiva. Se supone que, al ingresar al ambiente escolar, la visión que el niño tiene de sí mismo ya está influenciada por las percepciones familiares, que no siempre resaltan sus potencialidades, sino más bien sus dificultades. Se plantea así la cuestión de si el contexto escolar inclusivo refuerza las limitaciones o valora las capacidades de estos niños y si, tal y como está estructurado, la inclusión contribuye al desarrollo psicosocial o refuerza las discapacidades sociales. Para responder a estas preguntas, la investigación utiliza como enfoque una revisión bibliográfica, explorando artículos, libros y documentos oficiales, con el objetivo de identificar desafíos y beneficios de la inclusión escolar. Los resultados del estudio destacaron que la educación inclusiva debe ir más allá del cumplimiento de la legislación, como la Ley 13.146/2015, y convertirse en una filosofía que reconozca la multiplicidad de los seres humanos y promueva la equidad.

Palabras clave: educación inclusiva, desarrollo psicosocial, educación especial, derecho a la educación.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças que constituem o público da educação especial no sistema educacional tem sido amplamente discutida, todavia, os desdobramentos dessa inclusão têm sido pouco discutidos. Nesse sentido, o presente estudo busca analisar as implicações da educação inclusiva no desenvolvimento psicossocial dessas crianças. Para isso, serão abordados conceitos e fundamentos da educação inclusiva, assim como o desenvolvimento psicossocial na infância e a relação da psicologia histórico-cultural com a educação especial e inclusiva.

É sabido que a criança que apresenta algum tipo de especificidade que requer um atendimento especializado por vezes sofre com a precarização do atendimento, seja por falta de profissionais capacitados para atender suas especificidades, seja por ser-lhes negado a educação como direito universal.

No decorrer dos anos, tem sido discutida a importância da inclusão desse público na escola comum, mas o que não vem sendo discutido é como essas crianças são afetadas, no que tange ao desenvolvimento psicossocial e emocional, visto que no ambiente escolar a criança estabelece relações dialógicas com seus pares, porém a criança traz consigo a imagem de si que foi construída no seio familiar, parafraseando Bakhtin (1997), a percepção

inicial que o indivíduo tem de si é moldada pelas interações com o mundo exterior, especialmente com as pessoas significativas de sua vida, pelas palavras, expressões e emoções transmitidas por esses outros, é por meio do outro que surge as representações de quem é, e do lugar que ocupa no mundo. É por meio dessas interações que o indivíduo adquire as bases para sua consciência e autoconhecimento.

Nesse ínterim, quando esse indivíduo passa a frequentar um espaço educacional, a visão que ele tem de si, por vezes, já está impregnada da visão de outrem (família), e nem sempre é uma visão emancipadora, por apresentar algum tipo de especificidade a criança é protegida do mundo exterior e tem suas dificuldades, e não suas capacidades, potencializadas. Nesse contexto, as perguntas que ficam são: O contexto social da escola “inclusiva” reforça as dificuldades ou as potencialidades dessas crianças? A inclusão como está posta, beneficia o desenvolvimento psicossocial e emocional dessas crianças ou atestam sua inabilidade social?

Ante o exposto, o objetivo deste estudo é investigar as implicações da educação inclusiva no desenvolvimento psicossocial de crianças. Para que o objetivo seja alcançado foram levantados dados e informações que possam contribuir para o entendimento dos benefícios e desafios dessa abordagem educacional, visando fornecer subsídios para a implementação de práticas inclusivas mais efetivas. A metodologia utilizada neste estudo compreendeu uma revisão bibliográfica, que abarcou artigos científicos, livros e documentos oficiais sobre educação inclusiva, desenvolvimento psicossocial e psicologia histórico-cultural. Destarte, foram analisados os dados e informações, buscando identificar as principais temáticas e contribuições relacionadas ao objetivo do estudo.

A presente pesquisa se justifica pela necessidade de compreender as implicações da educação inclusiva no desenvolvimento psicossocial das crianças. Sabe-se que a inclusão escolar é um direito garantido por lei, no entanto, ainda existem desafios e obstáculos a serem superados para que ela seja efetivamente implementada. Destarte, compreender os benefícios e as dificuldades dessa abordagem é essencial para promover uma educação mais inclusiva e equitativa.

Esse estudo está dividido, para maior compreensão, nas seguintes seções: Educação especial e inclusiva: conceitos e fundamentos; Implicações da educação especial e inclusiva no desenvolvimento psicossocial das crianças público da educação especial;

contribuições da psicologia histórico-cultural para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva; e algumas considerações.

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: CONCEITOS E FUNDAMENTOS

Precisamos situar o leitor acerca dos conceitos e fundamentos no que tange a educação especial e inclusiva. Para tanto, é necessário trazer um breve histórico de como se deu esse conceito de educação.

A história da educação especial teve início, no século XVI, com médicos e pedagogos que, contrariando as crenças predominantes da época, defenderam a ideia de que indivíduos anteriormente rotulados como incapazes de serem educados possuíam potencialidades a serem desenvolvidas. Com foco no aspecto pedagógico, em uma sociedade em que a educação formal era acessível apenas a poucos, esses pioneiros conduziram suas atividades de forma individualizada. Apesar de algumas iniciativas inovadoras, o cuidado oferecido era principalmente de natureza assistencialista, e a solução predominante para lidar com aqueles considerados diferentes era atendê-los em asilos e hospícios.

Foi somente com o final da segunda guerra, com a necessidade de reabilitar os soldados mutilados, que surgiu as instituições de atendimento a pessoas com deficiência, ampliando assim, o atendimento a crianças e adolescentes com deficiência, esse movimento ganhou apoio popular, porém o atendimento acontecia em instituições asilares, “a segregação era baseada na crença de que eles seriam mais bem atendidos em suas necessidades educacionais se ensinados em ambientes separados” (Mendes, 2006, p. 387). Foi com esse pretexto que a educação especial foi institucionalizando-se como um ensino paralelo à educação comum, todavia

por motivos morais, lógicos, científicos, políticos, econômicos e legais, surgiram as bases para uma proposta de unificação. Os movimentos sociais pelos direitos humanos, intensificados basicamente na década de 1960, conscientizaram e sensibilizaram a sociedade sobre os prejuízos da segregação e da marginalização de indivíduos de grupos com status minoritários, tornando a segregação sistemática de qualquer grupo ou criança uma prática intolerável. (Mendes, 2006, p. 388).

Ao mesmo tempo em que surgiam os argumentos irrefutáveis dos benefícios da inclusão para as pessoas com deficiência, surgiu também os argumentos acerca dos

benefícios dessa integração para as crianças sem deficiência, pois eles poderiam aprender a lidar com as diferenças e desenvolver atitudes de aceitação das próprias limitações, outro ponto que impulsionou a integração foi o fator econômico.

Um fator também crucial que influenciou a mudança na filosofia de serviços nas décadas de 1960 e 1970 foi o custo elevado dos programas segregados, no contexto da crise mundial do petróleo. Até então, apenas os países considerados desenvolvidos haviam criado um sistema educacional paralelo para os portadores de deficiências. A partir da década de 1960, passou a ser também conveniente adotar a ideologia da integração pela economia que elas representariam para os cofres públicos (Mendes, 2006, p. 389).

A integração apenas mantinha em um mesmo espaço pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência, a ideia de educação inclusiva, no entanto, surgiu no início dos anos 1990, que de acordo com Sailor (2002 *apud* Mendes, 2006), tinha como foco a escola e pressupunha a inclusão da criança em salas comuns, mas dava a oportunidade de que fossem ensinados em outros ambientes da escola, a partir desse marco aparece na literatura duas correntes distintas e extremas, de um lado

a proposta de **inclusão total**, que advoga a colocação de todos os estudantes, independentemente do grau e tipo de incapacidade, na classe comum da escola próxima à sua residência, e a eliminação total do atual modelo de prestação baseado num contínuo de serviços de apoio de ensino especial. Do outro lado estão os adeptos da **educação inclusiva**, que consideram que a melhor colocação seria sempre na classe comum, embora admitindo a possibilidade de serviços de suportes, ou mesmo ambientes diferenciados (tais como classes de recursos, classes especiais parciais ou autocontidas, escolas especiais ou residenciais). (Mendes, 2006, p. 390, grifos nossos).

Para Baptista, doutor em educação pela universidade de Bologna - Itália, e pesquisador dos processos de participação e exclusão em educação especial, em uma entrevista concedida à revista Ponto de vista, quando indagado sobre o que é educação inclusiva, o professor responde que é desafiador delinear a educação inclusiva, pois é um conceito que não pode ser completamente definido em uma única frase. Ainda de acordo com Baptista (2002), pode-se argumentar que a educação inclusiva é um conceito multifacetado. A diversidade que caracteriza essa abordagem educacional pode ser observada ao analisar os diferentes discursos utilizados para justificá-la como um direito fundamental; uma nova abordagem educacional que busca aprimorar a qualidade do ensino em geral, ou mesmo, uma forma mais eficiente de oferecer suporte educacional às pessoas

com necessidades especiais. Portanto, para o autor, ao questionar "o que é educação inclusiva?", as respostas, embora nem sempre adequadas, podem variar, desde uma tendência educacional emergente, uma transformação da educação especial, um modelo educacional para todos, uma iniciativa para reduzir a exclusão no ambiente educacional, ou mesmo, um novo método pedagógico, entre outras interpretações.

Ao invés de procurar discutir cada uma dessas afirmações, procurarei dizer o que identifico como essencial nesse conceito. Ou seja, embora reconheça que a abrangência da educação inclusiva é mais ampla, aqui vou me referir à **educação das pessoas com deficiências, com desvantagens e com necessidades educativas especiais**, defendendo que as mesmas devem ser educadas em modo, predominantemente, conjunto com as demais pessoas para que a educação dessas pessoas ocorra no ensino comum, há muitas mudanças necessárias relativas ao currículo, à avaliação e à flexibilização do ensino. Temos, portanto, dois elementos centrais: o espaço da escolarização e as mudanças que viabilizem a ocupação desse espaço (Baptista, 2002, p. 162, grifo nosso).

Nessa perspectiva, a educação inclusiva é direcionada para todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades. A educação inclusiva tem impactado significativamente o debate pedagógico em relação aos locais de ensino e às abordagens de intervenção educacional. Para Baptista e Viegas (2016), essas mudanças têm um impacto mais direto na educação especial, pois propõem uma reestruturação dos serviços especializados, alterando a forma como o atendimento é tradicionalmente oferecido

A mudança de rumo na configuração da educação especial acontece a partir do momento em que se decide pela dupla matrícula, na escola regular e no AEE, nas SRM ou no Centro, tornando o atendimento especializado complementar ou suplementar ao ensino regular e não mais substitutivo (Baptista e Viegas, 2016, p. 439).

Estudos recentes têm se concentrado em analisar os efeitos negativos do ensino exclusivo em instituições especializadas, como escolas especiais, destacando a distância do aluno em relação à vida cotidiana, a segregação associada a essa experiência educacional e a abordagem historicamente médica adotada por essas instituições. A educação inclusiva, portanto, promove uma transformação na educação especial ao questionar e modificar essas práticas tradicionais.

Alguns pesquisadores da educação especial e inclusiva advogam que a educação inclusiva contribui para o desenvolvimento social das crianças ao promover a convivência com a diversidade desde cedo. Ao interagir com colegas que têm diferentes habilidades, origens e características, as crianças aprendem a respeitar as diferenças e a conviver de forma harmoniosa em sociedade. Esse aspecto é fundamental para a formação de cidadãos alteritários e solidários.

Ademais, a educação inclusiva estimula o desenvolvimento cognitivo das crianças, ao oferecer um ambiente rico em estímulos e desafios. “Cada indivíduo tem um padrão característico de comportamento que reflete sua história pessoal de reforço, e, um sistema nervoso único resultante se sua história de interação com o ambiente externo” (Sant’Ana, 2015, p. 73). Nesse sentido, a convivência com colegas com diferentes habilidades e formas de aprendizado pode ampliar o repertório cognitivo das crianças, estimulando a criatividade, a resolução de problemas e o pensamento crítico. Nesse ínterim, a educação inclusiva beneficia não apenas as crianças com necessidades especiais, mas também as crianças sem deficiência. Ao conviver com a diversidade, as crianças sem deficiência aprendem a valorizar as diferenças e a desenvolver alteridade, tornando-se cidadãos mais solidários e conscientes de suas responsabilidades sociais.

Diante do exposto, é possível afirmar que a educação inclusiva tem implicações profundas no desenvolvimento das crianças, contribuindo para sua formação social, cognitiva e emocional. Portanto, a implementação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) foi um marco importante que ampliou as discussões acerca da educação inclusiva, especialmente em relação aos locais de ensino e às estratégias de intervenção educacional. A educação inclusiva desafia e transforma as práticas convencionais da educação especial. Mas quais são as implicações da educação especial na perspectiva da inclusão para o desenvolvimento psicossocial das crianças público da educação inclusiva?

3 IMPLICAÇÕES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL DAS CRIANÇAS PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação especial na perspectiva da inclusão é um conceito que busca garantir a participação de todos os alunos, independentemente de suas diferenças, nas escolas

regulares. Amparado pela lei 13.146/2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Anteriormente a ela, por meio do Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008 que dispunha sobre o atendimento educacional especializado, o governo federal, regulamentou o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescentou o dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. O decreto se baseia no princípio de que todos têm o direito de receber uma educação de qualidade em um ambiente inclusivo e que promova a igualdade de oportunidades. Nesse sentido, a educação inclusiva implica, não somente em colocar esse público em uma escola comum, mas em adaptar as práticas pedagógicas e os recursos para atender às necessidades individuais de cada aluno, seja ele com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação. Além disso, ela valoriza a diversidade e a convivência harmoniosa entre todos os estudantes.

Ante o exposto, pensar a educação inclusiva requer indagar acerca dos benefícios para o desenvolvimento psicossocial do público da educação inclusiva, uma vez que é sabido que nem sempre a inclusão acontece realmente, como destacado por Orrú (2017), o caminho para a inclusão não é fácil, mas é caminho possível, para a autora existem dois tipos de inclusão, a inclusão “Maior e a Menor” em que inclusão “Maior”- diz respeito a prevista na lei- e a inclusão “Menor”- diz respeito ao fato de que não existe identidades, mas uma só identidade- a de ser humano-, com isso todos são diferentes de alguma forma e terão a necessidade de ser incluído em algum momento. Sendo assim, de acordo com a autora, a inclusão menor é a que deveria prevalecer, visto que

Na inclusão menor esses acontecimentos não ocorrem apenas para contemplar a legislação e legitimar as intenções do Estado. Essa organização de crenças no contexto da inclusão menor gera uma **filosofia de vida** que abarca a comunidade escolar, uma filosofia não utilitarista ou específica, mas que se propõe a pensar a inclusão como um problema fundamental, e a partir dela mesma re-inventar as ações inclusivas no entendimento **que as pessoas aprendem de modos e caminhos diferentes que se multiplicam, de modo que o diagnóstico universal não determina quem é o aprendiz** (Orrú, 2017, p. 56, grifos nossos).

Nessa perspectiva, pensar uma inclusão que acontece apenas pela força da lei, não é incluir, e manter uma criança em uma escola comum sem que seja respeitado suas especificidades, também não é incluir. Nesse sentido, pensar as implicações da inclusão

para o desenvolvimento psicossocial de crianças público da educação inclusiva é primordial.

O desenvolvimento psicossocial de crianças é de extrema importância para o seu bem-estar e pleno desenvolvimento. Nessa fase crucial da vida, as crianças estão construindo sua identidade, aprendendo a lidar com o turbilhão de emoções que as acompanham, estabelecendo relacionamentos interpessoais cada vez mais complexos e desenvolvendo habilidades sociais que serão essenciais ao longo de suas vidas.

Toda emoção é um chamado à ação ou à rejeição da ação. Nenhum sentimento pode permanecer indiferente e infrutífero no comportamento. As emoções são, precisamente, o organizador interno de nossas reações; [o organizador] que coloca em tensão, excita, estimula ou freia todas as reações. Portanto, a emoção conserva o papel de organizador interno de nosso comportamento (Vigotski, 2003, p. 119).

Para o autor bielorrusso, as emoções atuam como um organizador interno, influenciando como reagimos a diferentes situações, elas podem colocar o indivíduo em tensão, excitar, estimular ou frear, dependendo do que é apropriado para a situação. Nesse sentido, quando uma criança com deficiência que passou parte da sua vida convivendo apenas com sua família e se vê exposta ao olhar de outrem, tais estímulos podem desencadear reações emocionais que precisam ser observadas. Isso porque, de acordo com Araújo, Trento e Drago (2023),

O biológico é essencial para o ser humano existir, para se ter os instintos, por exemplo, de sugar o leite, de chorar e, de forma geral, de sobreviver. No entanto, **o que nos torna seres humanos individuais, únicos, complexos e subjetivos são as relações sociais, são os outros. Somos produtos e produtores no/do meio!** (Araújo, Trento e Drago, 2023, p. 3)

Por esse prisma, entendemos que é por meio do convívio com outrem que o indivíduo se constitui que desenvolve a ideia de quem é, e para que esse desenvolvimento seja saudável é fundamental que as crianças possam conviver com seus pares e assim se tornem adultos autônomos, confiantes e capazes de enfrentar e superar os desafios inerentes à vida adulta. Além disso, um bom desenvolvimento psicossocial contribui, de forma significativa, para o sucesso acadêmico e para a inclusão social, uma vez que as habilidades sociais e emocionais se mostram imprescindíveis para o convívio em sociedade

e para a participação plena e ativa na comunidade. Assim sendo, investir de maneira intensiva e consistente no desenvolvimento psicossocial das crianças é não apenas um ato de responsabilidade social, mas também um investimento no futuro, na construção de uma sociedade mais justa, equitativa, inclusiva e harmoniosa.

Outro ponto relevante é que a educação inclusiva promove a autoestima e a autonomia das crianças. Ao serem incluídas em atividades educacionais comuns, às crianças com deficiência ou outras necessidades especiais têm a oportunidade de desenvolver suas habilidades e competências, o que contribui para sua autoconfiança e senso de independência. A esse respeito Vigotski destacava que

O postulado central da defectologia contemporânea é o seguinte: qualquer defeito origina estímulos para a formação da compensação. Por isso, o estudo dinâmico da criança que apresenta deficiências não pode limitar-se à determinação do grau e da gravidade da insuficiência, mas inclui indispensavelmente o controle dos processos de compensação, de substituição, processos formadores e equilibradores no desenvolvimento e na conduta da criança. Assim como para a medicina contemporânea é importante não a enfermidade, mas o enfermo, para a defectologia, o objeto de estudo não é a insuficiência por si mesma, mas a criança atingida pela insuficiência. (Vigotski, 2022, p. 34)

Para Vigotski, a criança com deficiência precisava estar na sala comum, visto que é de suma importância que a criança exercite o mais amplamente possível sua comunicação com os demais, pois, “os métodos de ensino dessas crianças em geral coincidem com os aplicados às crianças normais, só que seu ritmo é mais lento” (Vigotski, 2003, p. 262).

Ante ao aludido, o desenvolvimento psicossocial na infância é o processo pelo qual as crianças adquirem habilidades sociais, emocionais e cognitivas. Envolve a interação entre fatores internos, como a maturação cerebral, e fatores externos, como a influência do ambiente e das relações interpessoais. Durante esse período, as crianças desenvolvem sua percepção de si mesmas e do mundo ao seu redor, adquirem habilidades sociais e emocionais fundamentais e desenvolvem valores e normas sociais que irão orientar seu comportamento ao longo da vida.

4 CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Psicologia Histórico-cultural é uma abordagem teórica desenvolvida por Vigotski, que busca compreender o desenvolvimento humano a partir de uma perspectiva histórica e cultural. De acordo com essa teoria, o ser humano se constitui a partir das interações sociais e do contexto cultural em que está inserido. Essa abordagem valoriza a influência da cultura no desenvolvimento das capacidades cognitivas, afetivas e sociais dos indivíduos, destacando a importância das mediações e da zona de desenvolvimento iminente para a aprendizagem. Assim, a Psicologia Histórico-cultural propõe uma compreensão ampla do ser humano, considerando suas características individuais, sociais e culturais. Drago (2018, *apud* Araújo *et al.*, 2023, p. 5) “destaca que entendemos que o EU é constituído de inúmeras vozes, o EU também constitui tantos outros, o EU está em movimento constante de aprendizado e de desenvolvimento individual e coletivo”,

Todas as funções psíquicas superiores estão relacionadas com a interiorização da ordem social, que são o fundamento da estrutura social da personalidade. Sua composição, estrutura genética e modo de ação, em uma palavra, toda a sua natureza é social; inclusive ao converter-se em processos psíquicos continuam sendo quase sociais (Vigotski, 1995, p. 151).

Nesse sentido, essa teoria desempenha um papel fundamental na educação especial e inclusiva, pois possibilita uma compreensão profunda do desenvolvimento humano, considerando as especificidades de cada ser. Ao valorizar o contexto social e cultural do indivíduo, essa abordagem contribui para a promoção de práticas educacionais mais inclusivas, respeitando a diversidade e garantindo a equidade na sala de aula.

Ademais, a Psicologia Histórico-cultural destaca a importância do desenvolvimento das habilidades e potencialidades de cada estudante, buscando oferecer um ensino que leve em conta suas necessidades e características individuais. Por meio da promoção da aprendizagem colaborativa e interação entre os alunos, essa abordagem incentiva a construção do conhecimento de forma coletiva e favorece o desenvolvimento de habilidades sociais. Visto que,

a criança não é um ser acabado, mas um organismo em desenvolvimento, e consequentemente o seu comportamento se forma não só sobre a influência excepcional da interferência sistemática no meio, mas ainda em função de certos ciclos ou períodos de desenvolvimento do próprio organismo infantil, que determinam, por sua vez, a relação do homem com o meio (Vigotski, 2003, p. 289).

Nessa perspectiva, concordamos com esse autor bielorrusso, ao destacar que “a educação é realizada através da própria experiência do aluno, que é totalmente determinada pelo ambiente; a função do professor se reduz à organização e à regulação de tal ambiente” (Vigotski, 2003, p. 73). Nesse sentido, a adaptação do ambiente educacional para atender às necessidades de todos os estudantes é um dos pilares da psicologia histórico-cultural na educação inclusiva, possibilitando a criação de um ambiente inclusivo e calcado na equidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todos os aspectos abordados neste ensaio teórico, pudemos notar a necessidade de elencar alguns pontos cruciais para que a educação inclusiva passe de “Maior” – realizada pela força da lei-, para “Menor” - que reconhece as especificidades de cada criança e não somente segue uma legislação, mas que seja uma filosofia de vida, por entender a multiplicidade do ser humano, como destaca Orrú (2017).

Nesse contexto, pensar a educação inclusão é ir além do que está posto na Lei 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, como um amparo legal para a educação inclusiva, garantindo a participação de todos os alunos, independentemente de suas diferenças, nas escolas regulares. Se faz necessário pensar o princípio da igualdade de oportunidades, que destaca que a educação inclusiva se baseia no princípio de que todos têm o direito de receber uma educação de qualidade em um ambiente inclusivo que promova a equidade. E para que isso ocorra é preciso que aconteça a adaptação das práticas pedagógicas e dos recursos, para que as necessidades individuais de cada criança, seja ela com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, sejam supridas.

Ademais, evidenciou-se que a psicologia histórico-cultural se relaciona com a educação especial e inclusiva de diversas maneiras, contribuindo para uma compreensão

mais ampla e aprofundada do desenvolvimento psicossocial das crianças com necessidades específicas. Essa abordagem destaca que o desenvolvimento humano está associado ao contexto social e cultural, fato que influencia diretamente ao pensarmos uma educação que não segregue, mas inclui, ressaltando a importância de considerar as especificidades de cada criança na prática educacional inclusiva, promovendo uma educação mais personalizada e adequada às necessidades de cada criança.

Em suma, o estudo realizado chama à reflexão, no que tange ao ambiente escolar e a interação com os pares, destacando que essa interação desempenha um papel crucial no desenvolvimento psicossocial das crianças e que a precarização do atendimento na área da educação especial pode ter impactos negativos em seu desenvolvimento.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos à mestranda, que é primeira autora desse trabalho. O apoio da CAPES foi indispensável para o desenvolvimento e aprofundamento das reflexões apresentadas neste trabalho.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. P. M; TRENTON, S. S. M; DRAGO, R. Processos de Subjetivação à Luz da Teoria Histórico-Cultural: Um Ensaio Teórico. **ARTEFACTUM- Revista de estudos em Linguagens e Tecnologia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, 2023.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAPTISTA, C. R.; VIEGAS, L. T. Reconfiguração da Educação Especial: Análise da Constituição de um Centro de Atendimento Educacional Especializado. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru- SP, v. 22, n. 3, p. 429–442, jul. 2016.

BAPTISTA, Cláudio Roberto; DALL ALBA, Lucena; CARNEIRO, Maria Sylvia Cardoso. Educação inclusiva: entrevista concedida por Cláudio Roberto Baptista. **Ponto de vista: revista de educação e processos inclusivos**. Florianópolis, 2001.

BRASIL. Decreto 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, DF: MEC, 2008.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ORRÚ, S. E. **O re-inventar da inclusão: os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender**. Petrópolis: Vozes, 2017.

PLAISANCE, E. Da educação especial à educação inclusiva: esclarecendo as palavras para definir as práticas. **Educação**, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 231-238, 2015.

SANT'ANA, D. M. G. Plasticidade neural: as bases neurobiológicas da aprendizagem. In: CHITOLINA, C. L.; PEREIRA, J. A.; PINTO, R. H. (Org.). **Mente, Cérebro e Consciência**. 1 ed. Jundiaí: Paco Editorial, v. 1, p. 73-84. 2015.

VIGOTSKI, L. S. **Obras escolhidas**. Tomo três. Madrid: Visor/MEC, 1995.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia Pedagógica**. Trad. Cláudia Schilling - Porto Alegre: Artmed, 2003.

VYGOTSKY, L. S. **Obras completas**. Tomo cinco. Fundamentos de defectologia. Habana. Editorial Pueblo y Educación, 1989. Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). — Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022.